

PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA APAE DA ZONA DA MATA MINEIRA

Giovanna Emanuele Monteiro Siqueira¹
Natasha Pinheiro Barbosa Toledo²

natasha.pinheiro.barbosa@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

A Lei nº 13.935/2019 reforçou a importância da atuação multiprofissional nas escolas, destacando o papel da Psicologia Escolar na promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Este estudo teve como objetivo analisar a atuação do psicólogo em uma APAE da Zona da Mata Mineira, a partir de uma pesquisa qualitativa baseada na observação realizada durante estágio supervisionado. Os resultados evidenciaram contribuições significativas para o desenvolvimento dos alunos, o fortalecimento dos vínculos entre família e escola e a promoção da inclusão social. Também foram identificados desafios relacionados à alta demanda e ao número reduzido de profissionais. Conclui-se que a Psicologia Escolar desempenha papel fundamental na educação especial, sendo necessária sua valorização e ampliação.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia escolar; Educação Inclusiva; APAE; Educação Especial.

1 INTRODUÇÃO

Entende-se a Psicologia Educacional como uma área do conhecimento, ramificação da ciência psicológica, que tem como objetivo a produção de saberes relacionados aos fenômenos psicológicos no contexto dos processos educativos. Já a Psicologia Escolar configura-se como um campo de atuação profissional específico, delimitado ao processo de escolarização, tendo como foco a instrução formal e as interações que ocorrem no ambiente escolar. Sua prática fundamenta-se nos conhecimentos produzidos pela Psicologia da Educação, bem como por outras áreas da ciência psicológica e de campos interdisciplinares (Antunes, 2008).

No contexto das políticas públicas, destaca-se a promulgação da Lei nº 13.935/2019, que estabelece a obrigatoriedade da inserção de profissionais da

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX

² Psicóloga, Especialista em Docência do Ensino Superior e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Vértice Univértix.

Psicologia e do Serviço Social nas redes públicas de educação básica. A referida legislação determina que as equipes multiprofissionais devem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, atuando junto à comunidade escolar e favorecendo as inter-relações. Além disso, o artigo 2º da lei enfatiza que as intervenções devem considerar o projeto político-pedagógico das instituições, fortalecendo o trabalho multidisciplinar (Facci; Firbida, 2024).

Diante disso, compreende-se que o psicólogo inserido no contexto escolar deve desenvolver suas práticas considerando fatores sociais, históricos, políticos e econômicos, buscando intervenções coerentes com a realidade local e que envolvam os diferentes atores da comunidade escolar, como alunos, professores e familiares. Sua atuação ultrapassa o espaço institucional, exigindo articulação com a família e a comunidade, promovendo não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também o bem-estar e a saúde dos sujeitos envolvidos (Dias; Patias; Abaid 2012 apud Gaspar; Costa, 2011; Guzzo, 2002).

No âmbito da educação especial, destaca-se a atuação em instituições como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que atendem pessoas com deficiência intelectual e múltipla. De acordo com a American Association on Intellectual and Developmental Disabilities, a deficiência intelectual caracteriza-se por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, afetando habilidades conceituais, sociais e práticas. Nessa perspectiva, autores como Lev Vygotsky ressaltam a importância das interações sociais no desenvolvimento humano, especialmente em contextos inclusivos. Além disso, as limitações coexistem com potencialidades, sendo que, com o suporte adequado ao longo do tempo, é possível promover avanços significativos no desenvolvimento do indivíduo (Schalock et al., 2021). Conforme destacado pelo Conselho Federal de Psicologia, a Psicologia contribui para a superação de perspectivas individualizantes, considerando a complexidade das relações sociais que impactam a aprendizagem.

Nesse contexto, a atuação do psicólogo na APAE tem como foco a promoção da saúde emocional, o fortalecimento de vínculos e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. Para isso, o profissional realiza diferentes intervenções, como atendimentos individuais e em grupo, observações em sala de aula e orientação aos

familiares, atuando de forma articulada com a equipe multiprofissional. Estudos recentes apontam que essa atuação é essencial para compreender as demandas institucionais e promover o desenvolvimento global dos sujeitos (Marx; Fregonesi; Oliveira, 2023).

Diante desse cenário, questiona-se: como se configura a atuação do psicólogo escolar em uma APAE e quais desafios e potencialidades podem ser observados nesse contexto?

O presente trabalho justifica-se a partir da realização de um estágio de 40 horas em uma unidade da APAE, no qual foram desenvolvidas atividades de observação no contexto institucional.

O objetivo deste estudo consiste em analisar a atuação do psicólogo frente às demandas escolares, contribuindo para a compreensão de sua prática profissional e para a reflexão acerca de sua importância no contexto da educação especial.

Trabalhos como este são importantes porque permitem refletir a prática profissional do Psicólogo no campo Escolar, além de possibilitar o conhecimento sobre estratégias que colaboram para a efetivação dos trabalhos técnicos no contexto da APAE.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019), a Psicologia está comprometida com a construção de uma educação democrática e acessível a todos, que favoreça o desenvolvimento do pensamento crítico e científico, contribuindo para a qualidade do ensino e para a emancipação dos sujeitos. Nesse contexto, o psicólogo atua em prol da promoção da saúde mental em diferentes espaços, buscando também condições dignas de trabalho e reconhecendo as demandas que emergem do cotidiano escolar. Sua prática envolve o acolhimento das imprevisibilidades e a consideração do contexto coletivo, especialmente nas dinâmicas presentes em sala de aula e nas relações estabelecidas no ambiente institucional.

Além disso, no campo da Psicologia Escolar e Educacional, propõe-se um projeto educativo voltado à coletivização das práticas formativas e à garantia de qualidade para todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Tal

perspectiva inclui a valorização do trabalho docente, a construção de relações escolares democráticas e o enfrentamento de processos de medicalização, patologização e judicialização da vida escolar. Nesse sentido, a atuação do psicólogo também se articula à defesa de políticas públicas que promovam o desenvolvimento integral dos sujeitos, contribuindo para a superação de práticas excludentes e de estigmatização social (Conselho Federal De Psicologia, 2019).

Para Vigotski (1996), a criança nasce inserida em um meio social, sendo a família o primeiro contexto de interação e desenvolvimento. Por meio da linguagem e das relações estabelecidas com os outros, a criança apropria-se da cultura e constrói conhecimentos. Nesse sentido, a mediação exercida por pessoas mais experientes desempenha papel fundamental em seu desenvolvimento. Para o autor, a relação entre o ser humano e o mundo não ocorre de forma direta, mas é mediada por signos e instrumentos construídos historicamente. Tal compreensão torna-se especialmente relevante para os estudos sobre educação inclusiva, uma vez que evidencia a importância das interações sociais e da mediação no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Segundo Vigotski (1996), o conhecimento é construído socialmente, tendo origem nas relações estabelecidas entre os sujeitos. Dessa forma, a aprendizagem constitui-se como uma atividade compartilhada, na qual o outro exerce papel essencial na mediação entre o indivíduo e o objeto de conhecimento. Nessa perspectiva, o desenvolvimento humano é compreendido como um processo permeado por aspectos culturais, sociais e históricos, que influenciam a forma como cada sujeito aprende e se desenvolve.

Ao analisarmos a infraestrutura dos espaços escolares contemporâneos, observamos que ainda existem condições que, em certa medida, dificultam a vivência de sujeitos com limitações físicas ou psíquicas. Nesse contexto, a educação inclusiva configura-se como um processo contínuo e progressivo, que visa à inserção de todos os indivíduos de forma equitativa, sem distinções em razão de suas especificidades (Potrich, 2012). Desde o século XIX, organizações governamentais vêm desenvolvendo ações voltadas à garantia de direitos de pessoas com diferenças cognitivas, físicas ou comportamentais. A Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais (APAE) constitui-se como uma rede de apoio destinada ao atendimento de pessoas com deficiência e de suas famílias, tendo como finalidade promover a melhoria da qualidade de vida, especialmente de indivíduos com deficiência múltipla ou intelectual, favorecendo sua autonomia e assegurando o exercício da cidadania. Além disso, a instituição atua nos processos de habilitação e reabilitação, contribuindo para a inclusão social e o fortalecimento dos direitos desse público, por meio de ações no âmbito da assistência social (APAE, 2023).

Ao discutir a deficiência, Vigotski (1989) argumenta que a criança com deficiência não apresenta um desenvolvimento inferior ao das demais crianças, mas um percurso de desenvolvimento qualitativamente diferente. Para o autor, as limitações não determinam completamente as possibilidades do sujeito, que pode construir estratégias alternativas e desenvolver potencialidades por meio das interações sociais e das oportunidades educativas oferecidas. Nesse contexto, cabe à escola e aos educadores reconhecerem as capacidades de cada estudante e promoverem condições que favoreçam seu desenvolvimento, construindo possibilidades de participação, aprendizagem e inclusão.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a atuação do profissional de Psicologia, atento à complexidade e às múltiplas dimensões que constituem o sujeito em seu contexto social. O desenvolvimento do pensamento teórico possibilita ao indivíduo ultrapassar o cotidiano imediato, apropriando-se de conhecimentos socialmente elaborados, como ocorre, por exemplo, por meio da leitura. Destaca-se, ainda, a relevância das interações sociais para o desenvolvimento infantil, especialmente nas relações estabelecidas com seus pares. O psicólogo escolar desenvolve um trabalho interdisciplinar, voltado às relações interpessoais, promovendo ações junto a educadores, familiares e demais profissionais da instituição. Nesse processo, são construídos espaços de escuta e diálogo, favorecendo a reflexão sobre os desafios enfrentados no cotidiano escolar e contribuindo para a superação de práticas estigmatizantes e rotulações. Nessa perspectiva, a Psicologia Escolar busca romper com modelos individualizantes e padrões historicamente consolidados, promovendo uma atuação crítica e contextualizada (Santos; Amorim, 2016).

A atuação do profissional de Psicologia no ambiente escolar direciona-se à articulação entre aluno, família, instituição e sociedade, contribuindo para o alcance de objetivos educacionais e sociais. Sua prática envolve ações de assistência psicológica integradas ao processo de ensino-aprendizagem, promovendo um desenvolvimento educativo alinhado ao compromisso social. Dessa forma, a atuação do psicólogo escolar evidencia-se como fundamental para a construção de práticas inclusivas e para o fortalecimento da cidadania (Santos; Amorim, 2016).

No contexto da APAE, o psicólogo escolar atua de modo a favorecer a participação plena do sujeito nas atividades e nas relações sociais. Para isso, são desenvolvidas intervenções que consideram as singularidades de cada indivíduo, bem como o contexto social em que está inserido, reconhecendo a complexidade e a diversidade presentes em cada caso (Santos; Amorim, 2016).

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa através do método de observação. De acordo com Martins (2004), trata-se de um tipo de pesquisa voltada ao estudo de micro processos, que consiste na divisão do trabalho em etapas mínimas que, integradas, formam o todo. Esse tipo de investigação envolve a análise das ações sociais tanto individuais quanto coletivas, exigindo atenção detalhada aos dados. Sua realização depende da competência teórica e metodológica do cientista social, sendo um trabalho que demanda a aplicação da intuição, da imaginação e da experiência do pesquisador.

De acordo com Danna *et al.*, (2011), as informações obtidas por meio do método de observação colocam o pesquisador em contato com o que realmente ocorre na prática, sem a influência de suposições ou conceitos prévios. Isso possibilita um contato direto e próximo com o fenômeno observado, favorecendo uma análise e compreensão mais eficazes, resultando, assim, em ações mais significativas no contexto estudado.

Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix. A observação foi realizada em uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), localizada na Zona da Mata

Mineira, totalizando 40 horas ao longo dos meses de março, abril e maio de 2026, possibilitando a observação do funcionamento, das atividades, do público, das demandas e dos serviços ofertados pela instituição.

Foi observada toda a equipe escolar, incluindo alunos, professores, responsáveis, funcionárias da limpeza, cozinheiras, monitoras, oficinas e o motorista do transporte. A APAE atende cerca de 60 alunos e, para a divisão das salas de aula, são considerados a idade e o grau de autonomia dos estudantes. Havia salas destinadas às séries escolares e uma ampla sala denominada Centro Dia, onde os alunos mais velhos e já formados realizavam as atividades propostas, principalmente pelas oficinas. A instituição mostrou-se adequada para receber os alunos atendidos, apresentando amplo pátio, salas e banheiros adaptados para acolher pessoas com diferentes tipos de deficiência.

Para a elaboração do presente artigo, foram preservadas as identidades dos participantes, respeitando-se os princípios éticos da Psicologia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A APAE observada está localizada em uma cidade do interior da Zona da Mata Mineira e atende usuários de três municípios, além de seus respectivos distritos. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2022), a população oficial da cidade onde é localizada a APAE é de 23.423 habitantes e, devido à distância percorrida pelo transporte escolar, os estudantes residentes nas localidades mais afastadas não conseguem frequentar a instituição diariamente, o que pode ocasionar prejuízos no processo de aprendizagem e nas interações sociais estabelecidas no ambiente escolar.

Durante o estágio de observação realizado na instituição, foi possível acompanhar diferentes práticas desenvolvidas pelos profissionais de Psicologia e por toda equipe escolar, proporcionando uma compreensão mais aprofundada sobre as intervenções realizadas no contexto educacional, os resultados foram organizados a partir dos principais aspectos observados durante o período. Entre as atividades observadas, destacou-se a equoterapia, realizada com a participação de duas psicólogas, uma fisioterapeuta e um profissional especializado na condução da

atividade. A APAE dispõe de um espaço estruturado e adequado para essa finalidade, sendo que, em algumas ocasiões, os estudantes eram acompanhados por seus responsáveis.

De acordo com Klassen e Bastos (2024), a equoterapia constitui um importante instrumento psicopedagógico destinado a crianças que apresentam necessidades específicas, especialmente relacionadas aos processos educacionais, como dificuldades de aprendizagem, atenção, memória e raciocínio. As autoras destacam ainda que essa prática tem sido amplamente utilizada com pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem, do desempenho escolar e da socialização. A observação dessa atividade possibilitou compreender os impactos positivos da equoterapia na vida das crianças atendidas, bem como a relevância da atuação integrada dos profissionais envolvidos. A prática mostrou-se um importante recurso para promover a socialização e o desenvolvimento socioemocional dos participantes.

À luz das contribuições de Klassen e Bastos, foi possível perceber mudanças significativas no comportamento dos estudantes ao longo das sessões: muitos chegavam desanimados, retraídos ou pouco comunicativos, mas, durante a interação com o animal e a realização das atividades propostas, demonstravam maior envolvimento, espontaneidade e abertura para o contato com os demais.

Em outras situações, foi possível observar de perto a interação entre os alunos. Ao acompanhar uma turma específica, tornaram-se evidentes as múltiplas relações estabelecidas no cotidiano escolar. A convivência era marcada por amizade, competitividade, divergências e, principalmente, por atitudes de apoio e companheirismo. Em diversas ocasiões, os estudantes auxiliavam uns aos outros: aqueles que dominavam melhor determinada atividade ajudavam os colegas que apresentavam maiores dificuldades; aguardavam a vez dos demais, demonstravam preocupação com os companheiros e, por vezes, chamavam a atenção de forma respeitosa quando percebiam comportamentos inadequados. Em um dos atendimentos realizados pela psicóloga, dois alunos foram acompanhados simultaneamente. A partir dessa intervenção em dupla, foi possível observar aspectos relacionados à interação e à comunicação entre os pares, bem como os

comportamentos apresentados em situações de brincadeiras competitivas. Durante a atividade, a psicóloga realizou observações sistemáticas e registrou percepções acerca das habilidades sociais, das formas de expressão e das respostas comportamentais demonstradas pelos estudantes.

Segundo Silva e Galuch (2016), crianças que necessitam de educação especial demandam oportunidades constantes de interação, uma vez que seu desenvolvimento é favorecido pela participação ativa nas atividades propostas em sala de aula. As autoras ressaltam que o aspecto mais relevante não é a quantidade de interações estabelecidas, mas a efetiva participação dos estudantes nas experiências educativas. Além disso, destacam que essas trocas ocorrem de maneiras variadas e nem sempre possuem objetivos previamente definidos, mas contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo de alunos com necessidades educacionais especiais.

A experiência observada evidenciou a importância da convivência escolar para o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Foi possível perceber que, nos dias em que havia maior número de alunos presentes em sala de aula, o envolvimento com as atividades e os avanços obtidos eram mais expressivos. Em muitos momentos, um estudante tornava-se referência e apoio para o outro, favorecendo a construção coletiva do conhecimento.

Observou-se também que a turma era composta por alunos com diferentes deficiências, o que gerava desafios na convivência diária. Alguns comportamentos causavam incômodo em determinados colegas; entretanto, era perceptível o esforço do grupo para lidar com essas diferenças, demonstrando respeito, adaptação e aprendizagem mútua ao longo das interações.

Também foi possível observar uma relação bastante significativa entre uma monitora e um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O aluno, não verbal, integra uma turma composta por estudantes do 3º ao 5º ano e apresenta limitações na comunicação oral, além de ainda não ter desenvolvido plenamente as habilidades de leitura e escrita. Apesar dessas dificuldades, demonstra boa capacidade de compreensão, interação e aprendizagem, entendendo a maior parte das propostas apresentadas e realizando as atividades sempre que possível.

Durante as observações, percebeu-se que a monitora o acompanha constantemente, buscando compreender suas necessidades, interesses e formas de expressão. Trata-se de uma tarefa que exige sensibilidade e atenção, considerando a ausência da linguagem verbal como principal meio de comunicação. Ainda assim, a relação estabelecida entre ambos se mostrou marcada pelo respeito, acolhimento e dedicação. A profissional empenha-se para garantir a participação do estudante nas atividades desenvolvidas pela turma, promovendo sua inclusão e incentivando experiências que favoreçam o desenvolvimento da coordenação motora, das habilidades cognitivas e da interação social.

A importância desse acompanhamento é respaldada pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A legislação assegura ao estudante com TEA, quando comprovada a necessidade, o direito a acompanhante especializado no contexto escolar, com o objetivo de favorecer sua participação nas atividades educacionais e auxiliar em aspectos relacionados à comunicação, socialização, locomoção e autonomia (Brasil, 2012). A experiência observada evidenciou a relevância desse profissional para a inclusão efetiva do aluno, possibilitando sua participação mais ativa no ambiente escolar e contribuindo para seu desenvolvimento integral.

Em outros momentos em que acompanhei a atuação da psicóloga, foi possível observar sua proximidade com os responsáveis pelos alunos. Além de realizar observações, atendimentos e elaborar relatórios sobre os estudantes, a profissional mantinha contato frequente com familiares, buscando compreender a perspectiva de pais, mães, avós e demais responsáveis em relação às queixas apresentadas. Essa escuta ampliada possibilitava uma compreensão mais abrangente das situações vivenciadas pelos alunos, considerando não apenas o contexto escolar, mas também os aspectos familiares envolvidos.

Em uma das ocasiões observadas, um estudante permaneceu em sala de aula enquanto sua mãe aguardava do lado de fora durante todo o período. Nesse momento, a psicóloga conversou com ela por um longo tempo, acolhendo seus relatos sobre a experiência de maternidade e sobre as particularidades do desenvolvimento

do filho. Posteriormente, a profissional reuniu-se com a professora para discutir aspectos relacionados ao mesmo aluno. Essa experiência evidenciou a importância do trabalho interdisciplinar no contexto escolar, no qual o psicólogo articula diferentes perspectivas e informações, promovendo o diálogo entre família e escola em benefício do desenvolvimento integral do estudante.

De acordo com as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, a atuação do psicólogo deve considerar a relação entre escola, família e sociedade, compreendendo que as demandas escolares são influenciadas por múltiplos contextos. Nesse sentido, o trabalho junto aos responsáveis torna-se fundamental para compreender as queixas apresentadas, fortalecer os vínculos entre família e instituição de ensino e construir estratégias de intervenção compartilhadas. Diante das dificuldades enfrentadas pelos estudantes, a aproximação entre esses diferentes contextos favorece a elaboração de ações mais efetivas, tendo como foco o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (Conselho Federal De Psicologia, 2019).

A experiência possibilitou observar a atuação e a relevância da Psicologia no contexto da APAE, além de evidenciar o impacto de toda a comunidade escolar na vida dos estudantes. Profissionais como cozinheiras, motorista e oficinairas desempenham um papel significativo no cotidiano da instituição, sendo perceptível o vínculo afetivo construído entre eles e os alunos.

Por outro lado, também foi possível identificar limitações na abrangência do trabalho psicológico desenvolvido. Grande parte das intervenções estava direcionada aos estudantes, havendo menor atenção às demandas dos demais profissionais que compõem a instituição, essa realidade evidencia a necessidade de ampliação das condições institucionais para que a atuação psicológica alcance toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, observa-se um distanciamento entre o que é preconizado pela Lei nº 14.819/2024 e a realidade encontrada no contexto observado. A referida legislação estabelece como objetivos da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares a promoção da saúde mental da comunidade escolar e a garantia do acesso à atenção psicossocial a todos os seus integrantes. Entretanto,

a elevada demanda de trabalho associada ao número reduzido de profissionais dificulta que essas ações sejam desenvolvidas de forma ampla e contínua junto a todos os membros da comunidade escolar, incluindo professores e demais trabalhadores da instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a atuação do psicólogo escolar em uma APAE da Zona da Mata Mineira, possibilitando uma compreensão mais ampla das demandas presentes no contexto da educação especial. Os resultados evidenciaram a relevância da atuação desse profissional na promoção da saúde mental, no fortalecimento dos vínculos entre escola e família e no desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, observou-se que o trabalho do psicólogo ultrapassa os limites da instituição escolar, envolvendo a articulação com familiares, educadores e demais profissionais da equipe multiprofissional.

Também foram identificados desafios relacionados ao elevado volume de demandas e ao número reduzido de profissionais disponíveis, evidenciando a distância entre o que é previsto pelas políticas públicas e a realidade encontrada nas instituições. Apesar dessas limitações, destacou-se o comprometimento das psicólogas em atender às necessidades da comunidade escolar.

Como limitação da pesquisa, ressalta-se o período reduzido de observação, correspondente a 40 horas de estágio, o que restringe a abrangência das análises realizadas. Ainda assim, a experiência permitiu uma aproximação significativa com a realidade da educação especial. Conclui-se que a Psicologia Escolar desempenha papel fundamental nesse contexto, sendo necessários maiores investimentos e valorização profissional para ampliar a efetividade das ações desenvolvidas e garantir um atendimento de qualidade aos estudantes, famílias e profissionais da instituição.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-475, jul./dez. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2026.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. **Conheça a APAE**. Brasília, DF: APAE Brasil, 2023. Disponível em: <https://cdn-apae-dev.s3.amazonaws.com/18855af4-c275-4fb9-a9a2-4ade7bef4a47.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2026.

BORTOLANZA, Ana Maria Esteves; RINGEL, Fernando. Vygotsky e as origens da teoria histórico-cultural: estudo teórico. **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, Brasil, v. 19, n. 3, p. 1020–1042, 2017. DOI: 10.18224/educ.v19i3.5464. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5464>. Acesso em: 6 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 30 maio 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 30 maio 2026.

DANNA, Marilda Fernandes; MATOS, Maria Amélia. **Aprendendo a observar**. 2. ed. São Paulo: EDICON, 2011. Acesso em: 11 abr. 2026.

DIAS, Ana Cristina Garcia; PATIAS, Naiana Dapieve; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier. Psicologia escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 105-111, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572014000100011>. Acesso em: 12 abr. 2026.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; FIRBIDA, Fabiola Batista Gomes. Atuação do psicólogo escolar e educacional: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para uma ação transformadora. In: FERREIRA, Clarice Regina Catelan; PARISOTO, Dyeniffer Jessica Bezerra (org.). **Psicologia histórico-cultural: reflexões sobre as possibilidades de atuação das(os) psicólogas(os)**. Umuarama: Universidade Paranaense, 2024. p. 9-50. Disponível em: https://www.unipar.br/documentos/1202/PSICOLOGIA_HIST%C3%93RICO_CULTURAL.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

KLASSEN, Debora Gomes de Oliveira; BASTOS, Jessica Cristina Arruda. A importância e os benefícios da equoterapia para crianças no processo de aprendizagem. **Caderno Intersaberes**, v. 14, n. 52, p. 29-42, 2025. Disponível em:

<https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/3579>. Acesso em: 30 de mai. 2026.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>. Acesso em: 28 mai. 2026.

MARX, Djenifer Samantha; FREGONESI, Carolin Teles; OLIVEIRA, Milena Amaral. O trabalho da psicologia dentro da APAE: caminhos possíveis. **APAE Ciência**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 77-87, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/216984.20.2-7>. Acesso em: 12 abr. 2026.

POTRICH, Mariana Vianna. **Psicologia escolar e educação especial**: tempos de uma relação. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/69863>. Acesso em: 12 abr. 2026.

SCHALOCK, Robert L.; LUCKASSON, Ruth; TASSÉ, Marc J. An overview of intellectual disability: definition, diagnosis, classification, and systems of supports (12th ed.). **American Journal on Intellectual and Developmental Disabilities**, v. 126, n. 6, p. 439-442, 2021. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/ajidd/article-abstract/126/6/439/472446>. Acesso em: 11 abr. 2026.

SILVA, Márcia Aparecida Marussi; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. Interação entre crianças com e sem necessidades educacionais especiais: possibilidades de desenvolvimento. InterMeio: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, v. 15, n. 30, p. 162-181, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2461>. Acesso em: 28 maio 2026.